

apresentar à Agência Portuguesa do Ambiente, nos termos do n.º 15 do capítulo F do presente apêndice que constitui parte integrante da presente licença.

E — Modelo económico-financeiro

13 — Valores de prestação financeira:

O financiamento da titular resulta, designadamente, das prestações financeiras dos produtores, definidos na tabela 1. Estas receitas devem ser utilizadas pela titular para fazer face aos diversos custos de afectação genérica e específica do seu funcionamento, bem como às eventuais contrapartidas devidas aos diversos intervenientes no sistema integrado e quando os resíduos de pilhas e acumuladores geridos tiverem um valor de mercado negativo ou nulo.

TABELA N.º 1

Valores de prestação financeira para o biénio de 2009-2010, por tipo de pilhas e acumuladores

	Euros/quilograma
P&A Portáteis	
Alcalinas	0,49
Zinco carbono	0,49
Lítio e outras	0,93
Botão	0,90
NiMH	0,34
NiCd	0,34
Iões de lítio	0,34
chumbo ácido	0,40
P&A Industriais	
Chumbo ácido e outras	0,40

14 — Modelos de incentivo:

14.1 — Nas situações em que os objectivos de recolha de resíduos de pilhas e acumuladores portáteis não se encontrem assegurados pelo modelo económico-financeiro estabelecido na presente licença, a Agência Portuguesa do Ambiente poderá solicitar à titular a apresentação de uma proposta de modelos de incentivo aos operadores dos centros de recepção pertencentes à sua rede, numa lógica de aproximação aos objectivos quantitativos a que está vinculada.

14.2 — A proposta de modelos de incentivo referida no ponto anterior, deve ser fundamentada, e incluir a descrição do fluxo financeiro e dos intervenientes associados.

14.3 — O procedimento de aprovação da proposta de modelos de incentivo segue, com as devidas adaptações, trâmites similares aos adoptados para os valores de prestação financeira, descritos nos n.ºs 3 a 5 da cláusula 6.ª

F — Acompanhamento da actividade

15 — Obrigações genéricas da titular:

15.1 — Para efeitos do disposto no n.º 1 da cláusula 9.ª, a titular apresenta à Agência Portuguesa do Ambiente um relatório correspondente às suas actividades anuais, o qual deverá incluir, pelo menos, uma descrição pormenorizada dos seguintes aspectos:

Situação da empresa, designadamente, no que respeita à sua estrutura accionista e ao balanço social;

Identificação dos produtores de pilhas e acumuladores que transferiram a sua responsabilidade para a titular, com indicação da data de transferência de responsabilidade e evidenciando as acções executadas no sentido de promover a adesão de novos produtores ao sistema;

Identificação dos centros de recepção e dos pontos de recolha, bem como dos operadores de transporte, tratamento, reciclagem e eliminação de resíduos de pilhas e acumuladores com quem a titular realizou contratos;

Contribuições recebidas dos produtores, com montantes discriminados por segmento de pilhas e acumuladores objecto da presente licença;

Custos incorridos e sua distribuição pelas principais vertentes (funcionamento interno, comunicação, investigação e desenvolvimento, transporte, outros custos);

Demonstração dos custos do fluxo de pilhas e acumuladores objecto de gestão partilhada com o fluxo de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, designadamente, custos gerais, custos administrativos, custos operacionais, custos de comunicação, custos de I&D e amortizações;

Características das pilhas e acumuladores colocados em território nacional pelos produtores aderentes ao sistema integrado gerido pela titular;

Fluxo de pilhas e acumuladores e materiais resultantes do tratamento, evidenciando o cumprimento anual dos objectivos de recolha e de rendimentos de reciclagem;

Demonstração de resultados com indicação das respectivas afectações (fundos e actividades conexas com a actividade principal).

15.2 — O relatório deve igualmente conter um programa plurianual de objectivos, anualmente revisto, se necessário, bem como uma avaliação da actividade da titular em função dos objectivos propostos, com incidência sobre os seguintes aspectos:

Proposta de evolução dos parâmetros financeiros relativos ao apoio à sensibilização e comunicação e à investigação e desenvolvimento;

Progresso da actividade realizada em relação aos objectivos propostos e às acções inseridas no caderno de encargos e no programa proposto no ano anterior;

Principais parâmetros financeiros do sistema de gestão;

Soluções técnicas e programas postos em prática em relação à sensibilização e informação dos vários intervenientes na gestão das pilhas e acumuladores, bem como às acções implementadas no âmbito da promoção da investigação e desenvolvimento, direccionadas para cada um dos segmentos abrangidos pelo âmbito da presente licença.

15.3 — Até ao dia 31 de Maio seguinte à entrega do relatório, a Agência Portuguesa do Ambiente emite parecer sobre o mesmo, avaliando, designadamente, o cumprimento dos objectivos a que a titular se encontra adstrita e formulando recomendações a que a titular deve dar cumprimento, tendo em conta os requisitos da presente licença e a legislação aplicável.

15.4 — A informação constante do relatório, uma vez apreciada pela Agência Portuguesa do Ambiente, deve ser divulgada pela titular sem restrições, sem prejuízo da legislação aplicável em matéria de confidencialidade e protecção de dados.

15.5 — A titular deve dar cumprimento ao disposto no n.º 2 da cláusula 10.ª, a partir de 1 de Janeiro de 2010, e proceder ao envio trimestral dos indicadores de desempenho, devidamente actualizados, até ao final do mês seguinte ao trimestre a que se reportam.

16 — Obrigações específicas de informação:

16.1 — A titular deve remeter à Agência Portuguesa do Ambiente, cópia da minuta dos contratos celebrados com os produtores aderentes ao sistema integrado e com os centros de recepção e operadores de gestão de resíduos, bem como a lista das entidades com quem celebrou esses contratos, na data da disponibilização trimestral dos indicadores de desempenho.

16.2 — As cópias dos contratos devem ser acompanhadas dos procedimentos de articulação entre a actividade da titular e as actividades dos operadores de gestão de resíduos, quando estes não constem do clausulado contratual.

16.3 — Complementarmente, a titular deve providenciar junto da Agência Portuguesa do Ambiente a sua inscrição e registo no Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente, nos termos da legislação em vigor.

202957849

Despacho n.º 3863/2010

Considerando o Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 18-A/2009, de 6 de Março, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 266/2009, de 29 de Setembro, que estabelece o regime de colocação no mercado de pilhas e acumuladores e o regime de recolha, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e acumuladores, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Setembro, relativa a pilhas e acumuladores e respectivos resíduos;

Considerando a obrigatoriedade estabelecida no n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, de todos os produtores de pilhas e acumuladores submeterem a gestão dos respectivos resíduos a um sistema integrado ou a um sistema individual;

Considerando o n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, que determina que a actividade da entidade gestora de um sistema integrado de gestão de resíduos de pilhas e acumuladores carece de licença, a atribuir por despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente;

Considerando o pedido de licença para gerir um sistema integrado de gestão de resíduos de pilhas e acumuladores apresentado em Julho de 2009 pela ECOPIILHAS — Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, L.ª, nos termos do n.º 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, consubstanciado no caderno de encargos e respectivas alterações;

Considerando que esta entidade gestora foi licenciada em Outubro de 2002, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 62/2001, de 19 de Fevereiro, para a actividade de gestão de pilhas e acumuladores usados;

Considerando que importa dar continuidade ao modelo de gestão adoptado por esta entidade gestora, conforme licença até agora em vigor, com as necessárias adaptações decorrentes da publicação do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro;

Considerando que os produtores de pilhas e acumuladores podem transferir a sua responsabilidade pela gestão dos resíduos para a entidade gestora de um sistema integrado, de forma parcial ou total, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro:

Determina-se, ao abrigo do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, o seguinte:

1 — É concedida à ECOPIHAS — Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, L.ª, a licença para a gestão de um sistema integrado de resíduos de pilhas e acumuladores, a qual se rege pelas cláusulas constantes do anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

2 — Até 31 de Maio de 2012, a Agência Portuguesa do Ambiente realizará um balanço da actividade e dos resultados obtidos pela titular no período que termina em 31 de Dezembro de 2011, propondo ao membro do Governo responsável pela área do ambiente a adopção das eventuais medidas consideradas adequadas.

3 — O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

24 de Fevereiro de 2010. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa*.

ANEXO

Licença

Cláusula 1.ª

Âmbito material

1 — A ECOPIHAS — Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, L.ª, adiante designada por titular, é licenciada, nos termos do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, para exercer a actividade de gestão de resíduos de pilhas e acumuladores portáteis e de resíduos de pilhas e acumuladores industriais, de acordo com as cláusulas constantes da presente licença e com as condições especiais estabelecidas no apêndice que dela faz parte integrante.

2 — O âmbito da presente licença pode ser objecto de extensão, de forma a abranger o segmento das baterias ou acumuladores para veículos automóveis, desde que a titular demonstre à Agência Portuguesa do Ambiente, até 31 de Outubro de 2010, a constituição de uma rede de recolha, que cumpra os requisitos estabelecidos nos artigos 10.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, ou o cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 10.º do mesmo decreto-lei.

Cláusula 2.ª

Âmbito territorial

1 — A presente licença é válida para o território de Portugal continental.

2 — A titular diligenciará no sentido de vir a alargar a sua actividade aos territórios das Regiões Autónomas.

Cláusula 3.ª

Prazo

1 — A presente licença é válida até 31 de Dezembro de 2015.

2 — A licença poderá ser prorrogada por períodos não superiores a cinco anos, mediante requerimento da titular a apresentar à Agência Portuguesa do Ambiente com uma antecedência mínima de seis meses sobre o termo do seu prazo de validade.

3 — Quaisquer violações por parte da titular às cláusulas da presente licença, bem como às condições especiais constantes do apêndice, podem determinar a suspensão administrativa da sua eficácia ou a sua revogação, através de despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, mediante proposta do director-geral da Agência Portuguesa do Ambiente.

Cláusula 4.ª

Princípios de gestão de resíduos

1 — Quando os produtores de pilhas e acumuladores optem pela adesão ao sistema integrado gerido pela titular, a responsabilidade pela gestão dos respectivos resíduos é transferida para esta entidade gestora,

nos termos e condições estabelecidos no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro.

2 — A responsabilidade da titular pela gestão dos resíduos de pilhas e acumuladores só cessa mediante a entrega dos mesmos aos operadores de gestão de resíduos licenciados, nos termos da legislação em vigor.

3 — A gestão de resíduos de pilhas e acumuladores, da responsabilidade da titular, deve respeitar os princípios de gestão previstos no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, sendo expressamente proibida a eliminação por deposição em aterro ou por incineração de resíduos de pilhas e acumuladores industriais, nos termos do n.º 3 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

Cláusula 5.ª

Valores de prestação financeira

1 — Os valores de prestação financeira, por categoria de pilha ou acumulador, a suportar pelos produtores aderentes ao sistema integrado como meio de financiamento da titular, para o biénio de 2009-2010, são os definidos na tabela referenciada no n.º 13 do apêndice que constitui parte integrante da presente licença.

2 — Os valores referenciados no número anterior devem ser aplicados pela titular com efeitos a 26 de Setembro de 2009, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro.

Cláusula 6.ª

Revisão dos valores de prestação financeira

1 — Os valores de prestação financeira estabelecidos na cláusula anterior podem ser revistos/actualizados mediante proposta apresentada pela titular à Agência Portuguesa do Ambiente, até 30 de Setembro do ano anterior àquele a que diz respeito.

2 — Se até à data estabelecida no número anterior a titular não tiver apresentado qualquer proposta de revisão/actualização dos valores de prestação financeira, estes mantêm-se inalterados, sem prejuízo do disposto no n.º 7 da presente cláusula.

3 — Após a recepção da proposta apresentada pela titular, a Agência Portuguesa do Ambiente avalia a sua fundamentação e pronuncia-se, no prazo de 30 dias úteis, podendo solicitar informações adicionais.

4 — No caso de a Agência Portuguesa do Ambiente não se pronunciar no prazo referido no número anterior, considera-se aceite a proposta dos valores de prestação financeira apresentados pela titular.

5 — No caso de a Agência Portuguesa do Ambiente solicitar informações adicionais, a titular dispõe de um prazo de 15 dias úteis para envio de resposta às informações requeridas, sendo que a contagem do prazo estabelecido no n.º 3 para pronúncia da Agência Portuguesa do Ambiente é retomada no dia da recepção das informações adicionais.

6 — Os novos valores anuais da prestação financeira a suportar pelos produtores como meio de financiamento da titular serão fixados por despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, mediante proposta do director-geral da Agência Portuguesa do Ambiente, produzindo efeitos a 1 de Janeiro de cada ano.

7 — Sem prejuízo da revisão/actualização anual ordinária a que se referem os números anteriores, o valor da prestação financeira pode ser objecto de revisão/actualização intercalar extraordinária, mediante proposta da titular devidamente fundamentada ou por iniciativa do director-geral da Agência Portuguesa do Ambiente, sempre que o sistema integrado apresente ou evidencie défices ou excedentes incomportáveis.

8 — No caso referido no número anterior, os novos valores serão fixados por despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, na sequência do procedimento referido nos n.ºs 3, 4 e 5 e produzindo efeitos no dia 1 do mês seguinte ao da sua aprovação.

Cláusula 7.ª

Articulação com outras entidades gestoras

A titular no âmbito da sua actividade deverá assegurar condições de articulação com outras entidades gestoras no sentido de evitar a dupla tributação.

Cláusula 8.ª

Valor de mercado dos resíduos

1 — Entende-se existir valor de mercado negativo ou nulo dos resíduos de pilhas e acumuladores quando o somatório dos custos com a recepção, o transporte a partir do ponto de recolha e o tratamento por superior ou igual ao valor dos seus materiais e componentes.

2 — Os custos associados à gestão dos resíduos de pilhas e acumuladores no âmbito do sistema integrado gerido pela titular são suportados pela mesma.

Cláusula 9.ª

Acompanhamento e fiscalização

1 — A Agência Portuguesa do Ambiente é responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução das actividades inerentes à presente licença, sem prejuízo das competências de fiscalização atribuídas a outras entidades.

2 — No exercício da função de acompanhamento referida no número anterior, o director-geral da Agência Portuguesa do Ambiente pode emitir orientações relativas ao cumprimento das obrigações e dos objectivos a que se encontra adstrita a titular.

Cláusula 10.ª

Relatório anual de actividades

1 — Para além das obrigações de informação estabelecidas nas condições especiais constantes do apêndice, a titular fica obrigada a apresentar à Agência Portuguesa do Ambiente, até 31 de Março do ano imediato àquele a que se reporta, um relatório anual de actividades evidenciando as acções executadas e respectivos resultados que englobe, pelo menos, as informações descritas nos n.ºs 15 e 16 do capítulo F do apêndice que constitui parte integrante da presente licença.

2 — O relatório referido no número anterior deve ser acompanhado das tabelas relativas aos indicadores de desempenho referentes ao ano de reporte, previamente definidas pela Agência Portuguesa do Ambiente, devidamente preenchidas.

Cláusula 11.ª

Alteração da licença

1 — As cláusulas da presente licença, bem como as condições especiais constantes do apêndice, podem ser objecto de alteração mediante proposta fundamentada da titular ou por iniciativa do director-geral da Agência Portuguesa do Ambiente, sempre que se verifiquem alterações das circunstâncias que estiveram subjacentes à sua concessão ou em caso de extensão do âmbito da licença nos termos previstos no n.º 2 da cláusula 1.ª

2 — As condições especiais constantes do apêndice que faz parte integrante da presente licença não prejudicam nem substituem quaisquer obrigações ou vinculações da titular decorrentes da lei.

Cláusula 12.ª

Taxa de gestão de resíduos

1 — A titular está sujeita ao pagamento da taxa de gestão de resíduos prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 178/2006,

Potencial de resíduos geridos relativamente aos quantitativos colocados no mercado nacional (percentagem)	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pilhas e acumuladores portáteis	70	70	72	74	76	78	80
Pilhas e acumuladores industriais	50	50	50	50	50	50	50

2.2 — Os objectivos de recolha de resíduos de pilhas e acumuladores incluídos no âmbito da presente licença, indexados às quantidades de pilhas e acumuladores geridos pela titular, são os seguintes:

Taxa de recolha (percentagem)	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Resíduos de pilhas e acumuladores portáteis	25	25	27	31	36	41	45
Resíduos de pilhas e acumuladores industriais	100	100	100	100	100	100	100

O cálculo da taxa de recolha de pilhas e acumuladores portáteis referente ao ano de 2011 e subsequentes deve obedecer aos requisitos estabelecidos no n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro.

2.3 — A titular deve atingir, ou assegurar que os operadores da rede que procedam ao tratamento e reciclagem dos resíduos atinjam, até 26 de Setembro de 2011, os seguintes rendimentos mínimos:

2.3.1 — Reciclagem de 65 %, em peso, das pilhas e acumuladores de chumbo ácido, incluindo a reciclagem do mais elevado teor possível de chumbo que seja tecnicamente viável, evitando simultaneamente custos excessivos;

2.3.2 — Reciclagem de 75 %, em peso, das pilhas e acumuladores de níquel-cádmio, incluindo a reciclagem do mais elevado teor possível

de 5 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 121.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

2 — A aplicação desta taxa tem como base de incidência os quantitativos (em peso) de resíduos de pilhas e acumuladores que constituem os objectivos de gestão estabelecidos nos n.ºs 2.1 e 2.2 do capítulo B do apêndice, sendo alvo de aplicação deste instrumento todos os desvios ao objectivo de gestão anual de recolha que constituam um incumprimento dos mesmos.

APÊNDICE

Condições especiais da licença concedida à ECOPI-LHAS Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, L.ª

Introdução

O presente apêndice faz parte integrante da licença concedida à ECOPI-LHAS — Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, L.ª, e engloba as seguintes matérias:

- A — Pilhas e acumuladores abrangidos;
- B — Objectivos de gestão;
- C — Condições de articulação da titular com os outros intervenientes no sistema integrado;
- D — Investigação e desenvolvimento; sensibilização e informação;
- E — Modelo económico-financeiro;
- F — Acompanhamento da actividade.

A — Pilhas e acumuladores abrangidos

1 — A titular obriga-se a incluir no sistema integrado por cuja gestão é responsável as pilhas e os acumuladores a seguir identificados:

- a) Pilhas e acumuladores portáteis;
- b) Pilhas e acumuladores industriais.

B — Objectivos de gestão

2 — A titular fica vinculada a adoptar no âmbito do sistema integrado de pilhas e acumuladores os princípios e os objectivos de gestão definidos no Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, na sua redacção actual.

2.1 — A titular deve diligenciar no sentido de aumentar progressivamente as quantidades em peso de pilhas e acumuladores geridas com o objectivo de fazer aproximadamente as quantidades das colocadas no mercado nacional, de acordo com a evolução previsional descrita na tabela seguinte:

de cádmio que seja tecnicamente viável, evitando simultaneamente custos excessivos;

2.3.3 — Reciclagem de 50 %, em peso, de outros resíduos de pilhas e acumuladores.

Os rendimentos mínimos a que se referem os n.ºs 2.3.1 a 2.3.3 são indexados às quantidades de pilhas e acumuladores recolhidos anualmente pela titular.

3 — Os critérios para o cálculo da eficiência da reciclagem devem ser conformes com o que vier a ser definido no âmbito da legislação comunitária.

4 — Os objectivos acima referidos serão revistos sempre que necessário, designadamente por motivos de evolução tecnológica, de mercado ou em resultado de disposições de direito interno ou comunitário.

C — Condições de articulação da titular com os outros intervenientes no sistema

5 — Relação entre a titular e os produtores de pilhas e acumuladores:

5.1 — A transferência da responsabilidade dos produtores de pilhas e acumuladores pela gestão dos respectivos resíduos para a titular pode ser total ou parcial, consoante abrangia, respectivamente, a totalidade dos resíduos de pilhas e acumuladores incluídos no âmbito da presente licença ou alguns segmentos.

5.2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, a transferência de responsabilidade dos produtores de pilhas e acumuladores para a titular opera-se através da celebração de um contrato, com a duração mínima de dois anos, regulando, pelo menos, as características das pilhas e acumuladores abrangidos, a previsão da quantidade de resíduos de pilhas e acumuladores recolhidos anualmente pela titular, as ações de controlo para verificação da execução e do cumprimento do contrato e as prestações financeiras devidas à titular e sua forma de actualização.

5.3 — A titular deve diligenciar no sentido de estimular a adesão e a fidelização de produtores de pilhas e acumuladores ao sistema integrado, no âmbito da presente licença.

5.4 — O financiamento do sistema integrado gerido pela titular, para além das receitas geradas pela própria actividade, é da responsabilidade dos produtores de pilhas e acumuladores aderentes, nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro.

6 — Relação entre a titular e os responsáveis pelos locais de recolha de pilhas e acumuladores:

6.1 — A titular deve fomentar a constituição de uma rede de recolha de resíduos de pilhas e acumuladores, que assegure a cobertura de todo o território nacional, tendo em conta critérios de densidade populacional e de acessibilidade, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro.

6.2 — A titular deve assegurar a instalação de pontos de recolha selectiva para os resíduos de pilhas e acumuladores portáteis e suportar os demais custos decorrentes da operação de recolha, conforme estabelecido no número seguinte.

6.3 — A rede de recolha de pilhas e acumuladores portáteis deve ser estruturada a partir da conjugação entre os sistemas de gestão de resíduos urbanos, os distribuidores e outras entidades, designadamente unidades de saúde e escolas, que se pretendam constituir como pontos de recolha junto da titular, recorrendo aos recipientes específicos — pilhões — para a recolha selectiva de resíduos de pilhas e acumuladores portáteis.

6.4 — A titular deve constituir uma rede de pontos de recolha selectiva de resíduos de pilhas e acumuladores industriais, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, devendo, para o efeito, explorar as sinergias existentes nos locais de recolha já implementados para a recolha de pilhas e acumuladores portáteis.

6.5 — A rede de recolha de pilhas e acumuladores abrangidos pelo âmbito da presente licença pode vir a ser alargada a outros locais, em estrito cumprimento dos requisitos estabelecidos nos artigos 9.º, 10.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, mediante proposta devidamente fundamentada e notificada à Agência Portuguesa do Ambiente, que se pronunciará no prazo máximo de 30 dias úteis.

6.6 — Os locais de recolha referidos no n.º 6.3 não são sujeitos a licenciamento ao abrigo do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, situação que não se aplica aos locais referidos no n.º 6.4, ficando neste caso abrangidos pelo regime de licenciamento simplificado, conforme disposto no artigo 32.º do referido diploma.

6.7 — A relação da titular com os diversos pontos de recolha deve ser objecto de contratos e ou protocolos de colaboração que estabeleçam os termos quantitativos e qualitativos da sua intervenção no circuito, especificando as responsabilidades por estes assumidas e as condições de recolha dos resíduos de pilhas e acumuladores.

6.8 — A contratação dos diversos locais de recolha deve ser objecto de um procedimento prévio de selecção, devendo a titular estabelecer termos ou critérios de referência, privilegiando a qualidade técnica e a eficiência.

6.9 — Os critérios de referência a estabelecer no âmbito dos procedimentos de selecção para escolha dos locais de recolha que constituirão a rede devem ser previamente aprovados pela Agência Portuguesa do Ambiente, que se pronunciará no prazo máximo de 15 dias úteis após a recepção da respectiva proposta.

6.10 — Devem ser incluídos na rede de recolha, sempre que possível, todos os candidatos que cumpram os critérios de referência estabelecidos pela titular e previamente aprovados de acordo com o número anterior.

7 — Relação entre a titular e os distribuidores:

7.1 — Os distribuidores assumem um papel relevante no âmbito da gestão de resíduos de pilhas e acumuladores, cabendo-lhes aceitar obrigatoriamente a devolução dos resíduos de pilhas e acumuladores

portáteis e industriais incluídos no âmbito da presente licença, sem encargos para o utilizador final, independentemente da sua composição química e da sua origem e sem que estes tenham de adquirir novas pilhas e acumuladores.

7.2 — A titular deve convencionar com os distribuidores os termos específicos das responsabilidades por estes assumidas e as condições de recolha de resíduos de pilhas e acumuladores, nos locais definidos nos n.ºs 6.3 e 6.4 do presente apêndice, sem prejuízo do disposto no n.º 6.5.

8 — Relação entre a titular e os restantes operadores de gestão de resíduos:

8.1 — O modelo de gestão a adoptar deverá assentar nas regras de mercado e de livre concorrência, ou seja, o relacionamento entre a titular e os operadores de gestão de resíduos deve garantir o cumprimento dos objectivos gerais de reciclagem de resíduos de pilhas e acumuladores dentro das normais regras de funcionamento do livre mercado.

8.2 — Os processos de tratamento e de reciclagem de resíduos de pilhas e acumuladores objecto da presente licença devem cumprir o disposto no Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, e demais legislação aplicável, devendo ainda os operadores assegurar que a extracção dos fluidos e dos ácidos é realizada em instalações com superfícies e coberturas impermeáveis adequadas, incluindo nas instalações de armazenagem temporária ou em contentores adequados.

8.3 — A titular deve assegurar que os operadores de gestão de resíduos estão devidamente licenciados para o transporte, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e acumuladores de forma a dar cumprimento quer aos requisitos definidos no número anterior quer aos rendimentos mínimos estabelecidos no n.º 2.3 do capítulo B do presente apêndice.

8.4 — As relações entre a titular e os operadores de gestão de resíduos devem ser objecto de contratos estabelecendo os termos quantitativos e qualitativos da intervenção do operador no circuito, incluindo, para além das obrigações individuais de prestação de serviço no âmbito do sistema integrado, a obrigação de actualização da titular relativamente às melhores técnicas de tratamento dos resíduos de pilhas e acumuladores numa lógica de garantia da eficiência técnica e económica do sistema integrado.

8.5 — A contratação dos operadores de gestão de resíduos deve ser objecto de um procedimento prévio de selecção com base em termos ou critérios de referência estabelecidos pela titular e aprovados pela Agência Portuguesa do Ambiente, os quais devem privilegiar a qualidade técnica e a eficiência.

8.6 — A aprovação referida no número anterior segue os trâmites previstos no n.º 6.9 do presente apêndice.

9 — Relação entre a titular e outras entidades gestoras — a titular deve promover a necessária articulação com outras entidades gestoras que estejam envolvidas na gestão de resíduos de pilhas e acumuladores, nos termos do n.º 2 da cláusula 7.ª

10 — Relação entre a titular e as entidades de registo de pilhas e acumuladores — a titular deve colaborar com a(s) entidade(s) de registo de pilhas e acumuladores licenciada(s), nomeadamente nas funções de organização e manutenção do registo de produtores.

D — Investigação e desenvolvimento; sensibilização e informação

11 — Investigação e desenvolvimento:

11.1 — A titular deve canalizar uma parte dos resultados da sua actividade para a promoção da investigação e do desenvolvimento (I&D) de novos métodos e ferramentas de tratamento, de separação dos materiais resultantes e de soluções de reciclagem dos componentes e materiais constituintes das pilhas e acumuladores incluídos no âmbito da presente licença.

A titular deve prestar apoio técnico e ou financeiro a projectos de I&D destinados à melhoria de processos relevantes para o funcionamento do circuito de gestão de resíduos de pilhas e acumuladores. Neste contexto, deve, designadamente:

a) Patrocinar actividades no âmbito da avaliação técnico-económica de novas formas de prevenção e valorização, tais como reutilização e reciclagem, que visem melhorar a eficiência dos processos e atingir melhores resultados de gestão;

b) Desenvolver estudos para definição de regras e procedimentos de gestão dos resíduos de pilhas e acumuladores de forma a aumentar os níveis de eficiência ambiental e económica do sistema integrado;

c) Promover estudos de avaliação do ciclo de vida que permitam comparar as opções de gestão, privilegiando a hierarquia de resíduos.

11.2 — No âmbito das actividades de I&D, a titular deve promover a participação de todos os intervenientes nos circuitos de gestão de resíduos de pilhas e acumuladores abrangidos no âmbito da presente licença.

11.3 — Para o cumprimento desta obrigação a titular deve despende, em cada ano, 2% das receitas totais anuais do sistema integrado de gestão de resíduos de pilhas e acumuladores.

Em casos excepcionais, a titular poderá alocar parte desta verba para acções de sensibilização e informação (nos termos do n.º 12 do presente apêndice) desde que cumpra as seguintes condições:

- Não recorrer a esta possibilidade em dois anos consecutivos;
- Não despende anualmente menos de 1% das receitas totais anuais para actividades ou programas de I&D;
- Submeter à Agência Portuguesa do Ambiente a fundamentação para recorrer à excepção em causa.

11.4 — A distribuição da verba anual por cada um dos segmentos de pilhas e acumuladores objecto da presente licença será avaliada no programa plurianual de objectivos a apresentar à Agência Portuguesa do Ambiente, nos termos do n.º 15 do capítulo F do presente apêndice que constitui parte integrante da presente licença.

12 — Sensibilização e informação:

12.1 — A titular deve conceber e executar um programa de comunicação destinado a sensibilizar a totalidade dos agentes envolvidos na problemática da gestão de resíduos de pilhas e acumuladores, seus componentes e materiais.

Essa execução obedecerá à definição de planos de sensibilização anuais, da iniciativa da titular, procurando sinergias com iniciativas de outras entidades.

12.2 — As campanhas de sensibilização e informação são obrigatoriamente orientadas e direccionadas tendo em conta a especificidade e público alvo diferenciado de cada um dos segmentos de pilhas e acumuladores abrangidos no âmbito da presente licença.

12.3 — As campanhas referidas no número anterior devem ser direccionadas ao público alvo e incluir, pelo menos, a informação constante no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro.

12.4 — As campanhas de sensibilização devem ter por base quatro vertentes:

- Desenvolvimento de uma comunicação sistemática e concreta orientada para as realizações, dirigida aos vários segmentos;
- Informação e sensibilização dos diferentes públicos alvo, de forma a promover a sua adesão aos programas delineados;
- Reforço da difusão de informação junto de agentes do sistema, em particular daqueles mais próximos do utilizador final, como os diversos pontos de recolha e os distribuidores;
- Adicionalmente, a titular deve sensibilizar os distribuidores para o garante de cumprimento ao nível da comercialização de pilhas e acumuladores que não venham acompanhados das marcações impostas por lei ou cujo número de registo de produtor seja desconhecido.

12.5 — A titular deve garantir que os custos com a rubrica de sensibilização e informação não sejam inferiores a 5% das receitas totais anuais do sistema integrado de gestão de resíduos de pilhas e acumuladores.

A distribuição da verba anual por cada um dos segmentos de pilhas e acumuladores será avaliada no programa plurianual de objectivos a apresentar à Agência Portuguesa do Ambiente, nos termos do n.º 15 do capítulo F do presente apêndice que constitui parte integrante da presente licença.

E — Modelo económico-financeiro

13 — Valores de prestação financeira — o financiamento da titular resulta, designadamente, das prestações financeiras dos produtores, definidas na tabela n.º 1. Estas receitas devem ser utilizadas pela titular para fazer face aos diversos custos de afectação genérica e específica do seu funcionamento, bem como às eventuais contrapartidas devidas aos diversos intervenientes no sistema integrado e quando os resíduos de pilhas e acumuladores geridos tiverem um valor de mercado negativo ou nulo.

TABELA N.º 1

Valores da prestação financeira por tipo de pilhas e acumuladores para o biénio de 2009-2010

Categorias de pilhas e acumuladores	Euros por quilograma
P & A portáteis e industriais:	
Alcalinas	0,47
Zinco carbono	0,47
Lítio	0,70

Categorias de pilhas e acumuladores	Euros por quilograma
Botão	0,70
NiMH	0,49
NiCd	0,49
Iões de lítio	0,40
Chumbo ácido	0,007

14 — Modelos de incentivo:

14.1 — Nas situações em que os objectivos de recolha de resíduos de pilhas e acumuladores portáteis não se encontrem assegurados pelo modelo económico-financeiro estabelecido na presente licença, a Agência Portuguesa do Ambiente poderá solicitar à titular a apresentação de uma proposta de modelos de incentivo aos operadores de gestão pertencentes à sua rede de recolha, designadamente os SMAUT, numa lógica de aproximação aos objectivos quantitativos a que está vinculada.

14.2 — A proposta de modelos de incentivo referida no número anterior deve ser fundamentada e incluir a descrição do fluxo financeiro e dos intervenientes associados.

14.3 — O procedimento de aprovação da proposta de modelos de incentivo segue, com as devidas adaptações, trâmites similares aos adoptados para os valores de prestação financeira, descritos nos n.ºs 3 a 5 da cláusula 6.ª

F — Acompanhamento da actividade

15 — Obrigações genéricas da titular:

15.1 — Para efeitos do disposto no n.º 1 da cláusula 9.ª, a titular apresenta à Agência Portuguesa do Ambiente um relatório correspondente às suas actividades anuais, o qual deverá incluir, pelo menos, uma descrição pormenorizada dos seguintes aspectos:

Situação da empresa, designadamente no que respeita à sua estrutura accionista e ao balanço social;

Identificação dos produtores de pilhas e acumuladores que transferiram a sua responsabilidade para a titular, com indicação da data de transferência de responsabilidade e evidenciando as acções executadas no sentido de promover a adesão de novos produtores ao sistema;

Identificação dos pontos de recolha, bem como dos operadores de transporte, tratamento, reciclagem e eliminação de resíduos de pilhas e acumuladores com quem a titular realizou contratos;

Contribuições recebidas dos produtores, com montantes discriminados por segmento de pilhas e acumuladores objecto da presente licença;

Custos incorridos e sua distribuição pelas principais vertentes (funcionamento interno, comunicação, investigação e desenvolvimento, transporte, outros custos);

Características das pilhas e acumuladores colocados em território nacional pelos produtores aderentes ao sistema integrado gerido pela titular;

Fluxo de pilhas e acumuladores e materiais resultantes do tratamento, evidenciando o cumprimento anual dos objectivos recolha e de rendimentos de reciclagem;

Demonstração de resultados com indicação das respectivas afectações (fundos e actividades conexas com a actividade principal).

15.2 — O relatório deve igualmente conter um programa plurianual de objectivos, anualmente revisto, se necessário, bem como uma avaliação da actividade da titular, em função dos objectivos propostos, com incidência sobre os seguintes aspectos:

Proposta de evolução dos parâmetros financeiros relativos ao apoio à sensibilização e comunicação e à investigação e desenvolvimento;

Progresso da actividade realizada em relação aos objectivos propostos e às acções inseridas no caderno de encargos e no programa proposto no ano anterior;

Principais parâmetros financeiros do sistema de gestão;

Soluções técnicas e programas postos em prática em relação à sensibilização e informação dos vários intervenientes na gestão das pilhas e acumuladores, bem como às acções implementadas no âmbito da promoção da investigação e desenvolvimento, direccionadas para cada um dos segmentos abrangidos pelo âmbito da presente licença.

15.3 — Até ao dia 31 de Maio seguinte à entrega do relatório, a Agência Portuguesa do Ambiente emite parecer sobre o mesmo, avaliando, designadamente, o cumprimento dos objectivos a que a titular se encontra adstrita e formulando recomendações a que a titular deve dar cumprimento, tendo em conta os requisitos da presente licença e a legislação aplicável.

15.4 — A informação constante do relatório, uma vez apreciada pela Agência Portuguesa do Ambiente, deve ser divulgada pela titular sem

restrições, sem prejuízo da legislação aplicável em matéria de confidencialidade e protecção de dados.

15.5 — A titular deve dar cumprimento ao disposto no n.º 2 da cláusula 10.ª, a partir de 1 de Janeiro de 2010, e proceder ao envio trimestral dos indicadores de desempenho, devidamente actualizados, até ao final do mês seguinte ao trimestre a que se reportam.

16 — Obrigações específicas de informação:

16.1 — A titular deve remeter à Agência Portuguesa do Ambiente cópia da minuta dos contratos celebrados com os produtores aderentes ao sistema integrado e com os locais de recolha definidos no presente apêndice e operadores de gestão de resíduos, bem como a lista das entidades com quem celebrou esses contratos, na data da disponibilização trimestral dos indicadores de desempenho.

16.2 — As cópias dos contratos devem ser acompanhadas dos procedimentos de articulação entre a actividade da titular e as actividades dos operadores de gestão de resíduos, quando estes não constem do clausulado contratual.

16.3 — Complementarmente, a titular deve providenciar junto da Agência Portuguesa do Ambiente a sua inscrição e registo no Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente, nos termos da legislação em vigor.

202957776

Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais

Despacho n.º 3864/2010

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no procedimento concursal comum para a ocupação de um posto de trabalho, na carreira/categoria de técnico superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, cujo procedimento concursal foi aberto pelo Aviso n.º 18319/2009, publicado no *Diário da República*, n.º 202, de 19 de Outubro de 2009.

Candidatos aprovados:

Sofia Cristina de Gouveia Rodrigues 17 valores
Susana Isabel dos Santos Neto — 13 valores.

A referida lista foi homologada por meu despacho de 22 de Janeiro de 2010, tendo sido afixada no *placard* da secção de pessoal na sede do DPP, publicitada na respectiva página electrónica e é deste modo notificada aos candidatos, nos termos da alínea *d*) do n.º 3 do artigo 30.º da mesma portaria.

29 de Janeiro de 2010. — A Directora-Geral, *Manuela Proença*.

202959428

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.

Aviso (extracto) n.º 4471/2010

Procedimento concursal comum n.º 18/DRH/2009, para recrutamento de um técnico superior, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado — aviso n.º 20931/2009.

1 — Nos termos do disposto nos n.º 1 e 3, alínea *d*) do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, notificam-se os candidatos excluídos do Procedimento Concursal Comum para recrutamento de um técnico superior em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, aberto através do Aviso n.º 20931/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 225, de 19 de Novembro para querendo, se pronunciarem sobre a exclusão em sede de audiência de interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, no prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso.

Para o efeito, deverá utilizar-se o Formulário para o exercício do direito de participação dos interessados, disponível na página electrónica do IHRU, www.portaldahabitacao.pt

2 — Mais se notifica que a relação dos candidatos excluídos e respectivos fundamentos de exclusão se encontram disponíveis, para consulta, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 5, em Lisboa, na Direcção de Administração de Recursos Humanos, bem como na página electrónica do IHRU.

24 de Fevereiro de 2010. — O Vogal do Conselho Directivo, *Hernâni Machado Duarte*.

202957265

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P.

Deliberação n.º 464/2010

Ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 23.º e do n.º 2 do artigo 38.º da lei quadro dos institutos públicos, aprovado pela Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, republicada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, em conjugação com o disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e do n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, o Conselho Directivo do Instituto de Fundos de Capitalização da Segurança Social, e sem prejuízo da delegação de competências nos directores dos departamentos do Instituto feita através da deliberação n.º 1807/2009, de 22 de Janeiro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 26 de Junho de 2009, delibera o seguinte:

1 — Delegar nos seus membros os poderes necessários para, qualquer um, individualmente, autorizar a realização de despesas com a aquisição de bens e serviços até ao limite de 5.000€.

2 — Delegar no seu presidente, com a faculdade de subdelegação, os poderes necessários para,

a) Autorizar o reembolso de despesas documentadas que forem devidas nos termos legais até ao limite de 5.000 €;

b) Autorizar a inscrição e participação dos trabalhadores e do pessoal dirigente em congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional, bem como a respectiva despesa, quando o seu custo não exceda 5.000 €;

c) Autorizar a deslocações em serviço, e respectiva despesa, em território nacional, por caminho de ferro, automóvel ou autocarro, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não, quando a elas houver lugar e o seu montante não exceda 5.000 €.

3 — A presente deliberação produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010.

4 — O Conselho directivo ratifica todos os actos entretanto praticados no âmbito da delegação constante da presente deliberação desde 22 de Junho de 2009.

Porto, 14 de Janeiro de 2010. — O Conselho Directivo: *Manuel Pedro da Cruz Baganha*, presidente — *António Henrique da Silva Cruz*, vice-presidente — *Teresa Maria da Silva Fernandes*, vogal.

202959899

Despacho n.º 3865/2010

Ao abrigo do disposto do disposto no n.º 2 do artigo 23.º da lei quadro dos institutos públicos, aprovado pela Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, republicada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e na deliberação do Conselho Directivo de 13 de Janeiro de 2010, subdelego as competências que pela referida deliberação me foram delegadas nos seguintes termos:

1 — Subdelego no vice-presidente do Conselho Directivo, com a faculdade de subdelegação, os poderes necessários para,

a) Autorizar o reembolso de despesas documentadas que forem devidas nos termos legais até ao limite de 5000 €;

b) Autorizar a deslocações em serviço, e respectiva despesa, em território nacional, por caminho de ferro, automóvel ou autocarro, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não, quando a elas houver lugar e o seu montante não exceda 5000 €.

2 — Subdelego na vogal do Conselho Directivo, com a faculdade de subdelegação, os poderes necessários para autorizar a inscrição e participação dos trabalhadores e do pessoal dirigente em congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional, bem como a respectiva despesa, quando o seu custo não exceda 5000 €.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de Janeiro de 2010.

Porto, 15 de Janeiro de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *Manuel Pedro da Cruz Baganha*.

202960001